

Planos regionais de cultura no Nordeste

Fernanda Laís de Matos¹

Vânia Maria Andrade Brayner Rangel

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar exemplos de planos territoriais de cultura, com natureza regional. Procurou-se, por meio da observação de diferentes propostas, entender se a Região Nordeste – com a identidade mais insistentemente (auto)proclamada como regionalista – carece de plano regional de cultura.

Palavras-chave: Políticas culturais. Planos regionais de cultura. Região Nordeste.

ABSTRACT

The present work aims at analysing different examples of cultural territorial plans of regional nature. The main effort sought out was to try to understand whether the Northeast Region of Brazil – which has most insistently (self)proclaimed its cultural identity as a regional one – needs a regional cultural plan, through the observation of different proposals.

Keywords: Cultural policies. Cultural regional planning, Northeast Region.

1. Conferências, articulações e planos de cultura

Durante a III Conferência Nacional de Cultura – III CNC (componente do Sistema Nacional de Cultura – SNC), realizada no final de 2013, em Brasília, os delegados dos nove Estados da Região Nordeste reuniram-se, numa tentativa de construção de consensos, para a votação final das propostas, que aconteceria no dia seguinte. Durante a discussão, os representantes estaduais perceberam que enfrentavam problemas semelhantes, para os quais propunham soluções comuns. Parece seguro dizer que o saldo da ação foi a afirmação dos interesses da Região, seja pelo resultado da votação, seja pela articulação em si.

¹ Fernanda Laís de Matos, servidora do Ministério da Cultura (MinC), felais@gmail.com. Vânia Brayner, consultora da Unesco, vaniabrayner.consultoria@gmail.com.

No âmbito da estruturação, institucionalização e implantação do SNC, algumas iniciativas do MinC chamam a atenção em 2014: além da revisão do Plano Nacional de Cultura — cujo principal articulador é o SNC (art. 3º, XII, § 1º, Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010), a renovação de consultorias para a elaboração de planos estaduais e municipais de cultura e as campanhas de difusão do Plano Nacional de Cultura (PNC). Foi também durante a conferência que o MinC lançou a publicação “Como fazer um plano de cultura” (BRASIL, 2013a), com informações apresentadas de maneira didática e sugestão de procedimentos a serem tomados pelos entes federados, e com o intuito de auxiliar estados, municípios e setores culturais, na elaboração dos respectivos planos. Nessa publicação, referenciaram-se planos territoriais como estaduais, municipais ou distrital; e setoriais, como representativos de segmentos artísticos.

Com base nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar exemplos de planos territoriais de cultura, mas, diferentemente dos planos evidenciados no texto do MinC, de natureza regional. Procurou-se, por meio da análise de diferentes propostas, entender se a Região Nordeste — com a identidade “mais insistentemente (auto)proclamada como regionalista” (DOS ANJOS, 2005, p. 54) — carece de plano regional de cultura. Adicionalmente, buscou-se identificar as tendências do planejamento territorial da cultura desenvolvidas nesse território.

2. Mas, afinal de contas, o que é o Nordeste?

De acordo com a atual divisão regional, sugerida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002, p. 2), em vigor desde 1969, a Região Nordeste representa 18% (1.558.196 km²) do território nacional e 27% (53.081.950 habitantes) da população do Brasil (IBGE, 2011, p. 83). Os nove Estados nordestinos — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia — representam o terceiro maior agrupamento territorial e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país. Como nas demais regiões, expressivas desigualdades sociais são evidenciadas: à medida que o estado de Pernambuco, por exemplo, tem apresentado o maior crescimento econômico do país;² os estados

² Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco cresceu 4,2% em relação a 2011, quando o Brasil teve alta de 2,4%, no mesmo período. (CONDEPE/FIDEM, 2013)

do Maranhão, do Piauí e de Alagoas apresentam os maiores percentuais nacionais de domicílios com moradores de baixa renda.³

Dados do Censo 2010 do IBGE (Estados@) indicam que, dos então 5561 municípios do Brasil, 1794 (32%)⁴ estão na Região Nordeste e que cerca de 73% das pessoas moram em áreas urbanas. No entanto, aproximadamente 24% da população regional estão concentrados em municípios de até 500.000 habitantes. Como só existem 11 municípios com mais de 500.000 habitantes (além das nove capitais estaduais, os municípios de Feira de Santana, na Bahia, e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco), pode-se dizer que a população da região ainda está concentrada nas pequenas e médias cidades, seja em áreas urbanas seja em rurais (IBGE, 2011, p. 83). Para atender à maior parte dos cidadãos do Nordeste do Brasil, portanto, a gestão cultural terá de levar em consideração que os seus habitantes estão localizados fora das capitais, tradicionais polos de intervenção estatal.

O conceito de região, conforme SANTOS (2003), remonta ao século XIX e à geografia natural: significava o conjunto de bacias hidrográficas agrupadas com base nas características comuns do relevo. A partir desse fundamento, passou a se entender região como o espaço físico delimitado pela influência de fatores externos e internos a ele. O geógrafo brasileiro, por isso, conceitua região como evidência da acumulação desigual dos tempos, isto é, do desenvolvimento histórico e principalmente das relações econômicas, políticas, sociais e culturais (SANTOS, 1985).

OLIVEIRA (1981, p. 27) reconhece o Nordeste, primeiramente, pela definição histórica: espaço no qual a cana-de-açúcar foi desenvolvida no litoral de Pernambuco e nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Alagoas. Os Estados do Ceará e do Piauí conformariam outro Nordeste, pois teriam desenvolvido atividades de menor expressão na economia colonial e quase nunca teriam sido assimilados ao que se poderia chamar de Nordeste. Já o Maranhão teria sido incorporado à região por meio de formas de produção diferentes daquelas do litoral leste. Na

³ No Maranhão, 26,51% dos moradores têm renda mensal individual de até R\$ 127,50. No Piauí, 24,80% das casas têm habitantes com renda individual de até R\$ 127,50. Em Alagoas, são 22,57% (IBGE, 2011).

⁴ De acordo ainda com o IBGE (Estados@), o Maranhão tem 217 municípios; o Piauí, 224; o Ceará, 184; o Rio Grande do Norte, 167; a Paraíba, 223; Pernambuco, 185; Alagoas, 102; Sergipe, 75; e a Bahia, 417; num total de 1794 municípios na Região Nordeste.

Bahia e em Sergipe, por fim, a produção cacaueteira e de fumo tornaria os latifundiários mais autônomos em relação aos de outros Estados.

Essas críticas foram desenvolvidas pelo sociólogo pernambucano, por meio de estudo de caso a respeito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O pressuposto da pesquisa era de que o conceito de região poderia ser pensado por intermédio de qualquer forma de analisar as diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas e históricas desse espaço. Para ele, na segunda metade do século XX, as forças populares nordestinas ainda não haviam dominado o poder econômico, mas demonstravam sinais de controle político-institucional e isso ocorria com base em hegemonia cultural ou ideológica. A SUDENE teria surgido justamente como resposta das classes dominantes a esse movimento popular.

Segundo BOURDIEU (1989, p. 118), o termo região tornou-se objeto de disputa entre diversos ramos do conhecimento, os quais tentam defini-lo conforme os respectivos parâmetros conceituais. Estes são usados por discursos regionalistas que representam o poder de impor uma visão de mundo fundamentada em noções de identidade e de pertencimento. As fronteiras e as divisas da região criadas nesse processo são formalizações com base em diferentes projetos territoriais e regionais. Assim, são tanto fruto de diferenças culturais quanto acabam por produzi-las.

Não é à toa que as regiões são geralmente formadas por meio da oposição centro-periferia. Este é o caso da Região Nordeste, cuja origem é identificada como um produto dialético da modernidade, por Durval Muniz Albuquerque Júnior, (1999, p. 67), na obra “A invenção do Nordeste”:

[...] longe de ser um processo linear e ascendente, em que ‘a identidade está desde o início assegurada e preservada’, é um começo histórico no qual se encontra a discórdia entre as práticas e os discursos; é um disparate. Essa figuração de uma origem linear e pacífica para o Nordeste se faz preciso para negar que ele é algo que se inventa no presente. Visa negá-lo como objeto político-cultural, colocando-o como objeto ‘natural’, ‘neutro’ ou ‘histórico’ desde sempre.

Esse discurso regionalista, como Durval Muniz Albuquerque Júnior (*op cit*) evidenciou, remonta à oposição Sul-Norte da República Velha. Com o intuito de combater a grande seca de 1877, o termo Nordeste é usado, pela primeira vez, em 1919, como área de atuação da Inspetoria

Federal de Obras contra as Secas (IFOCS).⁵ Em oposição ao modernismo sulista, o regionalismo no Nordeste começa a ser construído, inicialmente por Gilberto Freyre, em uma série de 100 (cem) artigos publicados no jornal *Diário de Pernambuco*, e que redundariam no primeiro Congresso Regionalista do Recife de 1926.⁶

Durval Muniz Albuquerque Júnior (1999, p. 77) demonstra que a busca pela identidade regional resulta de reação a dois processos concomitantes de universalização: “a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado”. Isso quer dizer que os atores políticos das províncias nordestinas, no início do século XX, tiveram reação conservadora aos ímpetus modernizantes trazidos de fora e do sul do país: “o medo de não ter espaços, numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de ver seu mundo se esvaír, é que leva à ênfase na tradição, na construção deste Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 76).

Dessa maneira, o discurso regionalista usará da ideia de cultura popular, como tradicional e antimoderna, para convencer os habitantes do Nordeste que este constitui o espaço de saudades, baseado na memória, que não pode ser esquecido. Constitui discurso sociológico, com significativo apelo popular, o qual encontrará fundamento nos trabalhos de Gilberto Freyre, de Joaquim Inojosa de Andrade⁷ e outros que serão agregados nas décadas seguintes. Tenta-se convencer modernistas, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, de que o Nordeste é o último reduto da cultura brasileira, entendida como uma cultura lusa-afro-ameríndia, por não ter passado por um processo de imigração em massa.

Nas décadas seguintes, propala-se um Nordeste com base em elementos imagético-discursivos, caracterizado como região de “expressão cultural, não apenas como reflexo do meio, da raça ou das relações sociais de produção. Região como ‘um ente cultural, uma personalidade,

⁵ Em 1909, o Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) – precursor do IFOCS – fora criado para combater as secas no Norte. O IOCS foi antecessor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), posteriormente transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229, de 01/06/1963.

⁶ Deve-se citar como antecessor do discurso regionalista a organização do movimento Regionalista e Tradicionalista de Recife, o qual teve início junto à fundação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, mas cuja expressão só é identificada a partir da realização do congresso, em 1926.

⁷ Ainda que Inojosa (1901-1987) em oposição ao caráter regionalista de Freyre (1900-1987) fosse identificado em Recife como modernista; as discussões travadas por ambos acabaram por reforçar a construção do discurso regionalista.

um *ethos*”, de acordo com Durval Muniz Albuquerque Júnior (1999, p. 87). O autor identifica — com base no pensamento de FOUCAULT (1984) — o desenvolvimento de um ideal regionalista por meio de elementos visíveis e dizíveis, presentes no inconsciente coletivo da população. A literatura (autores representados pelo chamado Romance de 30, João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa), o teatro (Ariano Suassuna), a música e o rádio (Luiz Gonzaga, Dorival Caymmi), a pintura (Cícero Dias, Di Cavalcanti, Cândido Portinari, Lula Cardoso Ayres, Carybé), o cinema (o Cinema Novo, Anselmo Duarte, Lima Barreto, Alberto Cavalcante) e até o cangaço (ainda que não intencionalmente) são usados para esse fim.

O construto Nordeste, no entanto, passou a ser incentivado, usado e repetido pelas classes dominantes, como meio de se manter no poder, para justificar medidas assistencialistas e para perpetuar desigualdades na região. O ineditismo da obra de Albuquerque Júnior (*op. cit.*) está na síntese da perversidade cotidiana dada ao discurso regionalista e, muitas vezes, reproduzida ingenuamente pela sociedade civil. A tentativa de resistir às tendências externas homogeneizadoras e à quebra de fronteiras acabou por reduzir a diversidade artístico-cultural da região a generalizações.

Esse também é o pensamento de DOS ANJOS (1998, p. 1), que, com base no pensamento de HALL (2011), revela o sistema de representação cultural que fundamenta a ideia de Nordeste. Esse espaço seria [*sic*] “menos a catalogação do real sensível do que um construto ficcionalizado do que torna cada comunidade distinta das demais e a elas irreduzível”. Se a ideia de Nordeste, portanto, foi construída artificialmente, através do século XX, e se as transformações da contemporaneidade criaram formas híbridas de relacionar o local ao global, aquela região já não mais existe.

No ambiente de desmanche de bordas promovido pela globalização, complementa-se a proposta de Albuquerque Júnior (*op. cit.*), ao propor a reinvenção do Nordeste. Moacir dos Anjos acredita que o contato com a alteridade apenas reforçaria os limites que definem a identidade cultural nordestina, sem motivo para temer eventuais homogeneizações:

É preciso, porém, ser cuidadoso ao se proceder a tal investigação, sob o risco de se conferir excessiva rigidez àqueles limites e de se escamotear o que dá especificidade às identidades culturais das sociedades contemporâneas globalizadas: seu caráter híbrido, sincrético e flexível, o qual simultaneamente afirma a irreduzibilidade do local ao global e recria o que é próprio ao local a

partir do ambiente de diversidade cultural e internacionalização em que está inserido. (DOS ANJOS, 1998, p. 11)

Em 1999, uma parceria do MinC com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC Pompéia/SP), desenvolveu o projeto “Nordestes”, que promoveu debate multidisciplinar, na tentativa de desconstruir a vida no Nordeste que, para Moacir dos Anjos (AURORA, 2010), “era simbolicamente vista como um elogio a uma certa mitificação da região, das tradições”, muito presente na obra de Gilberto Freyre. Esse Projeto, coordenado pelo curador da Fundaj, Moacir dos Anjos, buscava a desconstrução desse mito por meio das artes. No Sesc Pompeia, em São Paulo, DOS ANJOS empreendeu uma ação de difusão da diversidade cultural do Nordeste, com o debate e a exibição da produção artística e cultural de 80 escritores, 15 artistas plásticos, 19 grupos musicais, 25 filmes e vídeos, nove espetáculos de teatro e dança, além de significativos nomes da gastronomia da região.

Mais recentemente, a partir de 2011, essa discussão volta à cena na FUNDAJ, por meio do Museu do Homem do Nordeste, com o projeto “Nordestes emergentes”, concebido pela antropóloga Ciema Melo, que propõe um diálogo multidisciplinar para estudar esses Nordeste “definíveis por oposição aos nordestes residuais”. MELO (2011) compara esses Nordeste “ao que Jacques Hainard⁸ designa como a emergência de novos ocidentes nas antigas geografias da alteridade”. A antropóloga da Fundaj afirma que “no recôndito das geografias coloniais hoje surgem, em aceleração crescente, nichos nos quais transparece a opção dos grupos pela globalização, sem prejuízo da valorização da identidade de raiz”. Em 2012, ao lançar edital para seleção de artistas, especialmente ligados à produção imagética; e de produtores de conhecimentos nos vastos campos das ciências sociais e humanas, a fim de pensarem nesse conceito de Região por meio das diversas ações propostas no projeto “Nordestes emergentes”, a Fundaj elucida o objeto de sua iniciativa:

como um tema que abarca configurações de Nordeste que gerem a reflexão sobre novos modos de vida nordestinos, de cidadãos e cidadãs residentes ou não em suas terras nativas; que instiguem a sociedade brasileira a pensar a identidade nordestina em contextos diversos, complexos, urbanos e rurais; que apresentem situações onde se perceba a existência, a convivência e/ou as contradições entre o tradicional e o contemporâneo, o que está submergindo e o que emerge, o que está em transformação, o que não é percebido, o tecnológico

⁸ O etnólogo Jacques Hainard é diretor do Museu de Etnografia de Neuchâtel, na Suíça.

e o artesanal, enfim, situações que sejam uma provocação ao livre pensar e que apresentem exemplos de realidades múltiplas e híbridas, que já não cabem mais em antigos estereótipos sobre o Nordeste e as pessoas nascidas na Região. (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2012, p. 1)

3. Políticas e planos de cultura para o Nordeste⁹

Historicamente, o Brasil pautou sua matriz de planejamento e práticas de políticas públicas na verticalidade, setorização e exclusão dos territórios locais. A partir da elaboração da Agenda 21, no início da década de 1990, diversos países impulsionaram a busca pela sustentabilidade, por meio da conciliação entre crescimento econômico e desenvolvimento, ao criarem abordagens territoriais a partir de redes de comunicação. No Brasil, insistiu-se no pensamento econômico convencional, baseado na formulação de políticas públicas que garantissem, sim, o direito universal à cultura; mas, com o fortalecimento das identidades locais, com vistas a forjar um novo conceito de nacionalidade; e do desenvolvimento da economia criativa, como instrumentalização da cultura para a defesa de interesses econômicos (KLIKSBERG, 2001).

Nos últimos anos, tem prevalecido, no meio cultural, o entendimento de que o pleno desenvolvimento não deve repetir os erros cometidos por estratégias que imputavam à cultura um papel coadjuvante no crescimento econômico e no desenvolvimento social (MIGUEZ, 2011a; 2011b). Embalado por um novo conceito de desenvolvimento, o Brasil coloca-se diante de um dos desafios mais importantes de sua história: territorializar o seu desenvolvimento, a partir de redes de comunicação e de mobilização dos agentes locais, num movimento de aportes, ao mesmo tempo endógenos e exógenos, impulsionando mudanças estruturais nos territórios historicamente excluídos. Nas próximas páginas, será observada a elaboração de proposições políticas e planos culturais de desenvolvimento para a Região Nordeste, e quais as tendências podem ser ali apontadas.

⁹ Esse tópico foi desenvolvido com base em informações de Alexandre Barbalho, na aula “Políticas Culturais em Perspectiva Regional”, proferida no Módulo IV do Programa de Formação de Gestores Culturais para a Região Nordeste, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no ano de 2012, em parceria com a FUNDAJ e o MinC. As informações relativas ao Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável de Itaparica foram destacadas do trabalho de BRAYNER (2009).

3.1. Bases para a discussão de uma Política de Cultura para o Nordeste (1987)

A identidade cultural da Região Nordeste também foi a base para a elaboração de proposições político-culturais regionais. O primeiro documento nesses termos foi elaborado no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no contexto da reabertura política brasileira e da redemocratização do país. O I Encontro Nordestino de Política Cultural, realizado em Recife, entre 13 e 16 de outubro de 1987, contou com a participação dos Estados da região. A organização de Encontros Estaduais prévios, nos quais foram produzidos documentos para o encontro regional, lançou as “Bases para a discussão de uma Política de Cultura para o Nordeste”.

A coordenação do processo pelo então Grupo de Política Cultural, ligado, no organograma da SUDENE, à Diretoria de Planejamento Global do Departamento de Planejamento Socioeconômico, revela que as discussões a respeito da cultura, numa perspectiva regional, se iniciaram por meio da perspectiva desenvolvimentista. O espírito do documento — cuja natureza é propositiva e principiológica — foi traduzido na ideia de que a cultura representa um componente intrínseco ao processo de desenvolvimento, discussão iniciada mais significativamente, no mesmo período, por FURTADO (1984). O único diagnóstico encontrado no documento é o de que a ausência da cultura nos planos de desenvolvimento é vista como uma “postura negativa” da região (SUDENE, 1987, p. 2).

Como resultado do encontro, foram propostos três eixos norteadores da política regional: cultura e desenvolvimento (1), produção cultural (2) e patrimônio (3). Para cada eixo, princípios e linhas gerais de uma política regional foram definidos. Apesar de não se conhecerem tais desdobramentos em outros planos de cultura, procuramos observar como os três eixos representaram o universo da cultura e que diferenças se verificam em relação aos debates atuais das políticas culturais.

Para o eixo “cultura e desenvolvimento”, deu-se enfoque à continuidade dos processos de articulação, mobilização e sensibilização, relacionados à cultura; à elaboração e à implantação de projetos de desenvolvimento, com base em estudos prévios e de impacto, que levassem em conta aspectos não só ecológicos, mas também culturais, com a garantia da participação de

representantes comunitários na discussão desses projetos; e à integração do sistema educacional e de comunicação ao processo de desenvolvimento.

No eixo “produção cultural”, dois princípios são elencados: primeiramente, o de que a criatividade constitui, por excelência, o fator dinâmico do processo cultural; e o da não-interferência do Estado no processo de criação e produção, salvo para apoiá-lo. No que se refere às linhas gerais de uma política de produção cultural, sugeriu-se o estímulo à circulação da produção, por meio do incremento das relações de consumo; à infraestrutura da região para a produção cultural; a estudos e pesquisas para o desenvolvimento de alternativas tecnológicas; ao intercâmbio e à difusão; e ao acesso a financiamentos, incentivos e outros recursos da área.

No último eixo, do “patrimônio”, também foram definidos dois princípios: o de que a preservação do patrimônio significa a afirmação e a garantia da identidade, da autonomia e da soberania de um povo; e o de que a preservação do patrimônio não deve ser afastada de finalidades sociocomunitárias. As linhas gerais de uma política de patrimônio, por fim, referiram-se à busca de formas de conscientização a respeito da preservação do patrimônio; de integração de políticas de preservação dos entes federados; de incentivo à pesquisa e à documentação; e de apoio financeiro à preservação.

3.2. Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe (2006)

Quase vinte anos depois, em 2006, o Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional, com o objetivo principal¹⁰ de promover e valorizar a cultura regional da Bacia do Araripe¹¹ e de criar sete programas de ação definidos: infraestrutura cultural (1); fomento à ação cultural (2); memória e patrimônio (3); capacitação (4); educação para a cultura

¹⁰ Adicionalmente, foram definidos os seguintes objetivos específicos: favorecer a formação cultural, inclusive a competência para a leitura e para a mídia, de sorte a oferecer à população elementos para a assimilação crítica da produção cultural alienígena; preservar a cultura regional, resgatando sua memória coletiva e promovendo suas manifestações; elevar a autoestima da população regional, através do reconhecimento e da valorização da sua cultura; criar condições para a valorização e o aproveitamento dos talentos da região; estimular o empreendedorismo.

¹¹ O Projeto de Lei Complementar nº 122, em tramitação desde 2009 no Congresso Nacional, tem por objetivo criar formalmente a Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA). Em 2013, foi aprovada, no Senado Federal, a quarta RIDE brasileira, reunindo municípios da região do Cariri-Araripe, entre os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

(5); circulação, intercâmbio e difusão (6); e apoio à gestão cultural (7). Lustosa da Costa (2013, p. 173) explica porque a região apresenta significativas relações:

Considerado de diferentes pontos de vista, o Cariri, a Chapada do Araripe e o Alto Sertão paraibano constituem uma região geográfica bem definida, com características geográficas comuns, identidade cultural própria, sentido de pertença e vocações econômicas complementares. A região, localizada no epicentro do Nordeste, engloba 85 municípios de quatro estados, numa área de 59.432 km², onde vivem aproximadamente 1.662 mil habitantes.

[...]

É, sobretudo, no plano da Cultura que o Cariri, o Araripe e o Alto Sertão Paraibano se afirmam como região, pelos traços de identidade, pelas tradições comuns, pela vocação para a geração de renda nas áreas de cultura e artesanato e pelas complementaridades econômicas.

O plano foi elaborado com base no conceito de bacia cultural, metáfora usada pelo ex-ministro Gilberto Gil e desenvolvido posteriormente por Lustosa da Costa (2006):

Imaginem um rio. Um rio de médio ou grande porte, mas também podemos pensar em um rio pequeno. Um rio com suas águas correntes e cristalinas cruzando um, dois, três, quatro, às vezes dez vilarejos, municípios ou até cidades. Um rio distribuindo suas águas, trazendo vida e progresso para todos esses municípios com suas populações. Muitas vezes os interesses entre essas comunidades são diferentes. Uma cidade quer a água do rio para beber. Outra, para irrigar plantações. Uma outra, deseja fazer uma barragem, uma hidroelétrica. Para administrar essas bacias hidrográficas são formados consórcios como forma de conciliar todos os interesses sobre os diferentes usos das águas de um mesmo rio.

Assim são as Bacias Culturais. Se imaginarmos o grande rio de cultura que corta Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, por exemplo, vamos ter, por exemplo, a festa junina como a água corrente que vai passando e formando esta grande Bacia Cultural. (GIL, 2006, p. 5)

Os trabalhos foram desenvolvidos de maneira participativa e colaborativa, por meio de metodologia e de seis etapas (LUSTOSA DA COSTA, 2013, p. 181): sistematização de dados socioeconômicos e culturais (1); oficinas preparatórias nos quatro Estados envolvidos (2); definição da estratégia global de ação cultural para o desenvolvimento da Mesorregião do Cariri, Araripe e Alto Sertão (3); realização do I Encontro das Culturas do Cariri, Araripe e Alto Sertão para o Desenvolvimento Regional (4); realização da Oficina de Planejamento Estratégico (5); e Elaboração do Plano Estratégico de Ação Cultural para o Desenvolvimento Regional do Cariri, Araripe e Alto Sertão (6). Participaram desse processo representantes da sociedade civil e também representantes governamentais dos governos do Ceará, do Piauí, da Paraíba, de

Pernambuco, além do Banco do Nordeste (BNB), do Ministério da Integração (MIN), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do MinC e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A premissa do plano era de que a cultura é fator primordial ao processo de desenvolvimento local e regional sustentável; que ela contribui para o despertar do sentido de pertença e para aumentar a autoestima da população; para acumular capital social; para assegurar o comprometimento das pessoas com os projetos de desenvolvimento; e para gerar emprego e renda, no intuito de garantir o desenvolvimento regional integrado aos processos de globalização ocorridos no restante do Brasil e do globo.

3.3. Programa Territórios da Cidadania e o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável de Itaparica (2009)

Em 2008, o governo federal deu início ao ambicioso Programa Territórios da Cidadania que reúne 120 territórios rurais de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os territórios são constituídos a partir de conjuntos de municípios que compartilham características econômicas e ambientais, identidades e coesão social, cultural e geográfica. O principal objetivo é a superação da pobreza, pela geração de trabalho e renda no meio rural, em uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a inclusão produtiva das populações pobres destes territórios; a integração de políticas públicas e a busca da universalização de programas básicos de cidadania.

Para isso, foram executados investimentos da ordem de R\$ 9,31 bilhões, em 2008, por 22 ministérios e governos estaduais e municipais, atuando sobre as ações fundiárias, apoio à gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, educação e cultura, infraestrutura, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso a água. As ações do Programa voltam-se principalmente para áreas reconhecidas como territórios de exclusão social: semiárido e Vale do São Francisco, Amazônia, periferias de grandes centros urbanos e o cerrado.

Cada território tem seu plano de desenvolvimento e agenda de ações, ambos discutidos e pactuados num Colegiado Territorial, formado pelas três esferas governamentais e pela sociedade. Existem ainda o Comitê Gestor Nacional, que reúne os Ministérios parceiros do Programa, define os Territórios atendidos, aprova diretrizes, organiza as ações federais e avalia o

Programa; e o Comitê de Articulação Estadual, formado pelos órgãos federais que atuam no Estado, pelos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e por representantes das prefeituras dos Territórios. É esse comitê que apoia a organização dos Territórios, fomenta a articulação e a integração de políticas públicas e acompanha a execução das ações do Programa.

Em março de 2009, o Território de Itaparica lançou o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, documento que apresenta um diagnóstico do Território e o Planejamento e Gestão Social do Plano, resultado de um processo de mobilizações e debates envolvendo os agentes territoriais das organizações da sociedade civil e dos governos municipal, estadual e federal:

A concepção de desenvolvimento parte da necessidade de mudança da realidade atual e da projeção de um futuro desejado. Nesse sentido a motivação para construção deste Plano pauta-se pela necessidade de materializar o conjunto de propostas apontadas pela população como instrumento capaz de iniciar e direcionar processos de mudanças, por meio de novas oportunidades sociais e econômicas, articuladas no tempo e no espaço, em consonância com a conservação ambiental e cultural. (BRASIL, 2009, p.75)

O território de Itaparica está localizado na região do Submédio São Francisco, onde a caatinga predomina, tendo sua base geográfica construída de 13 municípios dos Estados da Bahia e Pernambuco. A população total do território é de 284.511 habitantes, dos quais 104.725 vivem na área rural, o que corresponde a 36,81% do total.

O objetivo principal do Plano foi apresentar propostas de programas, projetos e ações para o desenvolvimento sustentável e solidário do Território, a partir da mobilização social e da implementação das políticas públicas. Objetiva também ser importante instrumento de orientação e negociação das políticas com as instituições públicas, privadas e da sociedade civil; de integração de políticas públicas; de fomento ao debate sobre desenvolvimento sustentável na região, identificando potencialidades e oportunidades; de controle e empoderamento social. Apesar de destinado a toda população do Território, o plano buscou priorizar as populações que, historicamente, foram excluídas do processo de desenvolvimento, sobretudo os povos e comunidades tradicionais e os agricultores familiares. No entanto, no caso específico de Itaparica, a capacidade da abordagem territorial no campo da cultura de contribuir para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, para o desenvolvimento sustentável do Território, ainda é muito tímida em relação ao potencial da região.

3.4. Cultura e desenvolvimento do Nordeste: plano estratégico para o período 2010-2020

Mais recentemente, em 2009, o Fórum de Secretários de Cultura do Nordeste, o Ministério da Integração Nacional (MIN) e o MinC (por meio da Representação Regional Nordeste), após reuniões e articulações diversas, iniciaram conversas com a geógrafa Tânia Bacelar, em nome da Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN). A proposta técnica “Cultura e desenvolvimento do Nordeste: plano estratégico para o período 2010-2020” chegou a ser encomendada e aprovada, mas não se conseguiu levar o projeto adiante (PORTELA, 2012). O documento resultante, mesmo assim, serve de base para constatar que a cultura tem sido percebida no Nordeste como condição estratégica para o desenvolvimento regional, e a diversidade cultural foi identificada como um dos ativos mais importantes da região.

Parece relevante citar os objetivos do plano, que se fundamentavam numa visão ampla da cultura e numa perspectiva de desenvolvimento que estivesse a serviço do enriquecimento cultural (FURTADO, 1984):

- Explicitar bases conceituais e metodologia de planejamento estratégico participativo adequado ao objeto do contrato;
- Realizar análise estratégica (sintetizar a análise num texto intitulado Diagnóstico, onde se destacarão as potencialidades da cultura do Nordeste);
- Definir a Estratégia a ser adotada pelo Fórum dos Secretários de Cultura do Nordeste, MINC e Ministério da Integração Nacional/SUDENE para o desenvolvimento do NE;
- Identificar e Formatar Projetos Estratégicos de Desenvolvimento (para o período 2010 – 2020);
- Propor Modelo de Gestão do Plano elaborado. (CEPLAN, 2009, p. 3)

O plano deveria resultar também de processo participativo, que envolvesse gestores públicos, produtores culturais, acadêmicos e parlamentares; basear-se em metodologia de planejamento estratégico; e fundamentar-se na afirmação simultânea da necessidade de proteção e de promoção da diversidade cultural e na criação de mecanismos que possibilitem que as riquezas simbólicas sejam transformadas em riquezas materiais. Para isso, delimitar-se-iam projetos estratégicos em dois tipos de territórios do Nordeste: aqueles que já recebessem grandes investimentos e que representassem regiões dotadas de patrimônio cultural, material e imaterial;

e aqueles que apresentassem potencialidades significativas de transformação da diversidade cultural em riqueza material.

4. Observações finais

A tese de Durval Muniz Albuquerque Júnior (*op. cit.*) e as contribuições de Moacir dos Anjos (1998; 2005) parecem explicar a forma como a construção da identidade cultural nordestina legitimou simbolicamente a região e acabou por delimitá-la espacialmente, não sem também redundar em consequências perversas para seus habitantes. A constatação de que o Nordeste foi inventado revela, conseqüentemente, que é necessário desconstruí-lo e reinventá-lo, além de reconhecer a diversidade humana e cultural presente nesse espaço geográfico. Para a política cultural, essa discussão deixa a lição de que as linguagens artísticas, os agrupamentos humanos e o legado cultural no Nordeste não devem fundamentar a perpetuação dos arranjos políticos, econômicos e sociais, mas devem munir a sociedade civil e a gestão cultural de visão crítica a respeito da própria existência desse território.

A busca por um modelo de desenvolvimento, pelo qual se estruture a gestão e a produção da cultura e se afirme a diversidade cultural, buscando promover os direitos culturais dos cidadãos, representa um desafio perseguido por agentes diversos. Isso pode ser comprovado pela articulação feita por representantes do poder público e da sociedade civil, na elaboração de planos de cultura – ainda que, na maioria dos casos, não se tenham encontrado os resultados pretendidos. Pode-se observar também que a verticalização, inicialmente identificada nos planos — pela qual a cultura era evidenciada como instrumento do desenvolvimento econômico —, começa a ser revertida, com a incorporação de debates específicos do campo cultural aos projetos desenvolvimentistas.

Pelo elenco das diferentes propostas de planejamento cultural, demonstrou-se que o plano de cultura para a região não foi ainda elaborado com sucesso. Apesar deste artigo não possibilitar a investigação das razões disso, aventa-se a possibilidade de ausência de interesse em efetivar as iniciativas referenciadas. Outra possibilidade, que parece razoável, seria o desafio de realizar um planejamento que abarcasse a grande diversidade presente nesse território, dada a tendência histórica de visão homogeneizadora.

Parece, todavia, com base nas iniciativas mais recentes, que se pode afirmar que o planejamento territorial da cultura tem sido realizado mais com fundamento no conceito de bacias culturais do que no de Região Nordeste. Isto indica que as diretrizes, as metas e as ações para a cultura têm sido determinadas progressivamente como desafios do próprio setor. Como o MinC tem realizado esforços para estimular a criação de planos territoriais de cultura, parece fundamental, para as discussões aqui suscitadas, o acompanhamento e a análise dos processos e os atores envolvidos, desde a elaboração até a positivação em leis desses documentos.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- AURORA, Revista. **Há sempre um copo de mar para Moacir navegar**. Diário de Pernambuco (encarte): dezembro de 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Como fazer um plano de cultura**. Ilustradora Joana Lira. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília, DF: MinC, 2013a.
- _____. Ministério da Cultura. **Resultado da plenária final da III CNC – 01/12/2013**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/945028/RESUMO+-+Propostas+Aprovadas+na+III+CNC.doc/5a361660-eda0-4c4c-9342-285d85c5b08c>>. Acesso em 01 dez. 2013b.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**, Itaparica – Bahia e Pernambuco. Paulo Afonso: Fórum do Território de Itaparica, 2009.
- BRAYNER, V. **Territórios culturais: um estudo de caso do território de Itaparica**. 2009. 28 f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação *latu senso*) – Economia Criativa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE, 2009.
- CEPLAN. **Cultura e desenvolvimento do Nordeste: plano estratégico para o período 2010-2020**. Recife: CEPLAN, 2009.
- CONDEPE/FIDEM. **PIB de Pernambuco cresce 4,2%**. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas e Pernambuco, 20 dez. 2013. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/exibir_noticia?groupId=19941&articleId=9568481&templateId=82535>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- DOS ANJOS, M. **Local/global: arte em trânsito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. Quinze notas sobre identidade cultural no nordeste do Brasil globalizado. In: **Cadernos de Estudos**. Recife, jan/jun, 1998. v. 15, n.1, p. 5-16.
- ESTADOS@. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

- FIBGE – Diretoria de Geociências. **Divisão territorial brasileira**. LIMA, Maria Helena; RODRIGUES, Cristiane; SILVA, Jorge Kleber; MARTINS, Paulo Cesar; TERRON, Sônia Luiza; SILVA, Rosângela. (Orgs). Brasília, DF: IBGE, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Edital**: 9ª Edição do Concurso Roteiros Rucker Vieira. Recife: FUNDAJ, 2012. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/imprensa/edital%20concurso%20rucker%20vieira%20-%209a%20edio.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2012.
- FURTADO, C. Sete teses para a cultura brasileira. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, 1984.
- GIL, G. Nossas bacias culturais. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, DF, 2006. p. 5-6.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2011.
- IBGE. **Indicadores sociais municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e pesquisas: informações demográfica e socioeconômica, n. 28).
- KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LUSTOSA DA COSTA, F. Bacia cultural do Araripe: articulando cultura, desenvolvimento sustentável e governança local. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA)**, 25, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 11-14 jun. 2006.
- _____. Cultura, território e desenvolvimento: a bacia cultural como conceito e estratégia. In: (Org.). **Política e gestão cultural**: perspectivas Brasil e França. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 159-194.
- MELO, Ciema. **Projeto Nordestes Emergentes (Proposta preliminar 1)**. Museu do Homem do Nordeste, Fundação Joaquim Nabuco, 2011.
- MIGUEZ, P. Algumas notas sobre comércio internacional de bens e serviços culturais. In: BARBALHO, A. et al. (Orgs.). **Cultura e desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: Edufba, 2011a. p. 57-70.
- _____. **Cultura, desenvolvimento e diversidade cultural**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 7., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Enecult, 2011b. Disponível em: https://www.academia.edu/1374579/Cultura_desenvolvimento_e_diversidade_cultural_VII_ENECULT_-_ago_2011>. Acesso em 01 dez. 2012.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PORTELA, T. **Desafios do Sistema Nacional de Cultura para a Região Nordeste**. Recife: Paço da Alfândega, 30 de novembro de 2012. Entrevista a Fernanda Matos.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (Org.). **Conhecimento e reconhecimento**: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: Eduece; LCR, 2003. p. 53-64.
- SUDENE. Bases para a discussão de uma Política de Cultura para o Nordeste: documento básico do Encontro. In: I ENCONTRO NORDESTINO DE POLÍTICA CULTURAL, 1., 1987, Recife. **Anais...** Recife: SUDENE, 1987. p. 1-4.

VESENTINI, J. W. O conceito de região em três registros. Exemplificando com o Nordeste brasileiro. **Confins** [Online], nº 14, 20 mar. 2012, Disponível em: <http://confins.revues.org/7377> ; DOI : 10.4000/confins.7377>. Acesso em: 01 dez. 2012.